

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202408/0146

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direcção

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Outros

Organismo: Comunidade Intermunicipal do Algarve

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direcção Intermédia de 2º grau

Divisão de Finanças – Departamento de Mobilidade, Finanças e Desenvolvimento Local:

- Colaborar na elaboração da proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como das respetivas propostas de modificação e acompanhar a sua execução;

- Elaborar os documentos de prestação de contas que couberem à área financeira;

- Assegurar os registos e procedimentos contabilísticos associados à contabilidade orçamental, financeira e de gestão, garantindo o rigor dos mesmos e o cumprimento das regras e princípios contabilísticos inseridos no respetivo

Área de Actuação: referencial, nas normas internas e demais legislação em vigor;

- Gerar informação financeira de apoio à decisão;

- Assegurar o reporte de informação a ser prestada a entidades externas, de acordo com a legislação vigente, bem como promover a remessa de informações e demais documentos exigidos por lei, sobre matéria da sua competência;

- Assegurar o cumprimento das obrigações de natureza contributiva e fiscal.

- Articular os trabalhos com o auditor externo responsável pela certificação legal de contas;

- A Divisão de Finanças assegurará ainda outras atribuições ou competências que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.

Remuneração: 2806,92

Suplemento Mensal: 209.17 EUR

Conteúdo Funcional: Conteúdo funcional é o fixado no artigo 6.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, que estabelece as competências do pessoal dirigente das comunidades intermunicipais.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura em Economia ou gestão financeira ou outra relevante para a função.

Trabalhador com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, licenciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, na sua redação atual, de preferência com

Perfil: experiência comprovada na área de atuação do cargo a concurso. Competências: Capacidade de coordenação, chefia e organização e de assunção de responsabilidades; Visão estratégica e capacidade de planeamento, organização e gestão da unidade orgânica orientada para os resultados; Motivação e interesse para as funções a desempenhar; Conhecimento da atividade intermunicipal, em especial na área de atuação da unidade orgânica que chefia; Capacidade de comunicação, expressão verbal com fluência da linguagem, rigor e poder de síntese.

Avaliação curricular (AC) e Entrevista Pública (EP)

A Avaliação Curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e o tipo de funções exercidas. Na Avaliação Curricular (AC) serão considerados e ponderados os seguintes elementos: Habilitação Académica (HA), Formação Profissional (FP) e Experiência Profissional (EP), de acordo com o definido na Ata n.º 1 do Júri.

Métodos de Selecção a Utilizar: A Entrevista Pública (EP), visa avaliar de forma objetiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, os comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício bem-sucedido das funções inerentes ao cargo e outros aspetos comportamentais dos candidatos. Os fatores a ponderar na entrevista serão os seguintes: Motivação profissional (MP), Gestão de Projeto (GP), Capacidade de Liderança (CL), Capacidade de Expressão Verbal (CEV), Conhecimento da Atividade Intermunicipal (CAI), de acordo com o definido na Ata n.º 1 do Júri.

Classificação Final: $AF = (AC \times 30\%) + (EP \times 70\%)$

- Membros efetivos:

-- Presidente: Dr. Joaquim Brandão Pires, Primeiro-Secretário da AMAL;

-- 1.º Vogal: João Graça, Diretor de Departamento da Mobilidade, Finanças e Desenvolvimento Social da AMAL.

-- 2.º Vogal: Paulo Sérgio Mestre Simão, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira do Município de Castro Marim.

Composição do Júri:

Membros suplentes:

-- 1.º Suplente: Noélia Valente Ramos, Diretora de Departamento de Administração e Serviços Partilhados da AMAL.

-- 2.º Suplente: Sérgio Viegas Inácio, Diretor de Departamento Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade da AMAL.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Comunidade Intermunicipal do Algarve	1	Rua General Humberto Delgado, n.º 20	Faro	8000355 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: H - Os constantes no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Diário da República, 2.ª Série, n.º 149, de 2 de agosto de 2024 - Aviso (extrato) n.º 16237/2024/2.

Apresentação de Candidaturas

Local: Comunidade Intermunicipal do Algarve

Formalização da Candidatura: Os interessados devem formalizar a sua candidatura mediante requerimento, que deverá ser enviado por email, para geral@amal.pt , no prazo de 10 dias úteis, contados a partir do 1.º dia útil seguinte da data de publicação do presente aviso.

No requerimento deverá constar obrigatoriamente os seguintes elementos: identificação completa do candidato; habilitações académicas; categoria/carreira, a relação jurídica de emprego público que detém, serviço e local onde desempenha funções e identificação do procedimento concursal a que se candidata e respetiva publicitação.

O requerimento deverá ser acompanhado da seguinte documentação obrigatória, sendo que a não apresentação da mesma é motivo de exclusão do procedimento concursal:

- a) Curriculum vitae atualizado detalhado, datado e assinado, onde conste as funções, a experiência profissional, as funções exercidas e respetivos períodos de exercício e a formação profissional;
- b) PDF do certificado das habilitações literárias;
- c) PDF dos certificados das ações de formação;
- d) PDF de declaração comprovativa de vínculo à administração pública, passada e autenticada pelo respetivo serviço, na qual conste a categoria e a carreira do candidato, a natureza do vínculo e o tempo efetivo na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Outros documentos que o candidato considere relevantes.

Os candidatos pertencentes ao mapa de pessoal da CI-AMAL, estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no curriculum, desde que, expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual. Ficam igualmente dispensados da declaração constante na alínea d).

Contacto: Rua General Humberto Delgado, 20, 8000-355 Faro, Tel: (+351) 289 880 800 - e-mail: geral@amal.pt

Data de Publicação 2024-08-06

Data Limite: 2024-08-21

Observações Gerais: O júri convoca os candidatos admitidos para a realização da entrevista pública, através de correio eletrónico indicado no requerimento de candidatura. Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de nomeação, com a indicação das razões da escolha do candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos. Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 8 do artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho. Os critérios de avaliação curricular e da entrevista pública, constam de ata n.º 1 do júri, que se encontra publicada no Sítio da Internet da CI-AMAL em www.amal.pt.